

## **Responsabilidade Social Corporativa, Globalização e Transnacionalização**

Neste capítulo, pretendemos trazer à tona o caráter histórico da Globalização, evidenciando quais os fatores conduziram à emergência de uma nova ordem mundial pautada na ideologia e nos valores neoliberais de mercado. Buscamos, igualmente, demonstrar, ao final da primeira seção, como esta nova ordem penetra nos Estados, principalmente naqueles do Terceiro Mundo, evidenciando a sua “aplicação seletiva” – ou seja, a adoção de seus princípios e metas de forma variável, o que acaba por impactar de forma distinta de acordo com os Estados e forças sociais em questão – e a busca por novos elementos, inclusive de ordem moral, para a sua legitimação e manutenção.

Na seção seguinte, exploraremos o marco teórico que norteará a nossa pesquisa. Como exposto brevemente em nossa introdução, utilizaremos como base para nossas análises os estudos críticos da globalização, que agrupam autores com perspectivas diversas, mas que se reúnem em torno de um eixo questionador, reflexivo e histórico, na busca pela emancipação e pelo engajamento social. Aqui, traremos as contribuições de alguns autores que nos ajudarão a compreender e interpretar nosso objeto de estudo. Idéias e conceitos presentes na obras de autores que desenvolvem idéias de Gramsci - como Gill, Cox, Rupert - além daqueles discutidos por Sassen e Boaventura de Sousa Santos.

Na terceira seção, focaremos nossas atenções nos processos de transnacionalização e de formação de uma classe capitalista transnacional, utilizando, mais uma vez, os trabalhos de Sassen, além das idéias desenvolvidas por Robinson e Sklair.

Por fim, concluiremos nosso capítulo com duas diferentes seções, apresentando o processo de constante readaptação do neoliberalismo em torno da apropriação de críticas e críticos, ressaltando o poder das redes neoliberais, das corporações e da responsabilidade social corporativa e, neste sentido, os estudos de Boltanski & Chiapello, Carroll & Carson, Plehwe et al., Brand, Bendell e Montañó igualmente ajudam a compor o nosso referencial analítico.

## 1.1

### **Nova Ordem Mundial, Transformação no Estado e Agenda Neoliberal**

As crises da década de 1970 conduziram a uma nova configuração da ordem mundial, anteriormente pautada nos arranjos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, na era da *pax* americana. Relações monetárias, de comércio e de ajuda ocidental que prosperaram sob a liderança dos EUA nos anos 1950-60, foram minadas por mudanças ocorridas nos anos 1970-80, com conseqüências que desestabilizaram a economia global, provocaram a reestruturação do regime de acumulação capitalista e permitiram a emergência de uma nova ordem global pautada em princípios neoliberais.

As mudanças que provocam a emergência de uma nova ordem incluíam altas taxas de desemprego e inflação, descrença nas políticas keynesianas de crescimento ininterrupto, crise do petróleo, a alta dos preços em 1973-74, déficits fiscais, recessões e crises recorrentes do dólar e o relativo declínio da hegemonia e da competitividade econômica dos EUA, que, em 1971, desvincularam a sua moeda do padrão-ouro – o que mantinha a sua moeda artificialmente valorizada e dificultava exportações americanas, atuando diretamente sobre o déficit na balança comercial – e estabeleceram o dólar como padrão global. A percepção de que o capital havia encontrado meios para escapar do controle de qualquer Estado de forma isolada foi fundamental para esta mudança na orientação política norte-americana. Através de suas políticas monetárias, os EUA decretaram o fim de Bretton Woods<sup>6</sup> e do sistema de paridade fixa, acabando por acelerar o processo de globalização e liberalização econômica, obrigando os demais países a deflacionar como forma de impedir saídas de capital, (Gill, 2003: 163-165).

The monetarist deflations of the early 1980s meant that globalization coincided with slower growth and recession, and for many governments growing indebtedness (much of which was caused by fiscal crisis at local, regional and federal levels of government and by higher interest rates on debt servicing). Driven by the imperatives of economic competition and inter-state rivalry this accelerated restructuring in a neoliberal direction. (Gill, 2003:165).

---

<sup>6</sup> “In the Bretton Woods system of the 1950s, the US was the center region with essentially uncontrolled capital and goods markets. Europe and Japan, whose capital had been destroyed by the war, constituted the emerging periphery. The periphery countries chose a development strategy of undervalued currencies, controls on capital flows and trade, reserve accumulation, and the use of the center region as a financial intermediary that lent credibility to their own financial systems. In turn, the US lent long term to the periphery, generally through FDI.” (Dooley et al., 2003: 3).

As crises seguidas dos anos 1980 – fiscais, de débito e de desenvolvimento – se alastraram internacionalmente principalmente por meio de mecanismos financeiros e, aliadas à recessão, ao endividamento, ao acirramento da competição internacional e à deterioração dos termos de troca, geraram o contexto para a atuação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), através das políticas de ajuste estrutural, de cunho neoliberal (Ibid).

Considerada radical nos anos 1940, a reformulação da teoria liberal com base no argumento filosófico de defesa da liberdade individual contra “idéias coletivistas” de Hayek (1990) permaneceu em segundo plano durante muitos anos, mas nos anos 1980, muito das estratégias políticas e econômicas voltadas para a implementação de uma estrutura neoliberal de Estado e sociedade foram baseadas no pensamento do autor e compiladas no chamado “Consenso de Washington”<sup>7</sup>. O Consenso de Washington reunia acúmulos de diversas burocracias e instituições financeiras internacionais sediadas nos Estados Unidos, em torno de metas como: política fiscal “superavitária”, cortes de salários, redução dos gastos do Estado, privatizações, desregulamentação do trabalho, desoneração do capital e de sua movimentação, estabilidade monetária rígida e garantia dos direitos de propriedade, inclusive propriedade intelectual.

A ordem mundial passa por um período de transição, em que o sistema formal de Estados “parece ter sido solapado cumulativamente pela integração e competição econômicas mais difundidas e de raízes mais profundas” (Gill, 2007b: 78), cujas novas condições de existência apontam para o poder crescente do capital transnacional, com alta mobilidade internacional, vinculando as economias periféricas aos países centrais e, ao mesmo tempo, disciplinando as forças sociais destes países, principalmente por meio de políticas econômicas que acentuavam o poder do “livre mercado”, fiscalizado por instituições internacionais lideradas pelos EUA.

Essa nova ordem não só coincide com a mudança decisiva nas capacidades produtivas e no equilíbrio de forças sociais dentro e entre os Estados mais importantes, mas também com o fato das estruturas estatais dos grandes países capitalistas terem sido transformadas em variantes diversas de feições neoliberais, isto é, estão mais voltadas para a integração de suas economias no sistema global emergente de produção e comércio, no qual o conhecimento, as finanças e as informações desempenham papel mais decisivo em comparação com o período entre guerras (Ibid.).

---

<sup>7</sup> Nomenclatura dada por John Williamson, economista, membro do *International Institute For Economy*, em 1989, por razão da reunião “Latin American Adjustment: how much has happened”, que buscava avaliar os ajustes e reformas necessárias para a recuperação da “década perdida” da América Latina, marcada por inflação, recessão, desemprego e alto endividamento externo.

O bloco soviético, igualmente, foi afetado pelo poder crescente do capital transnacional, mas outras variáveis importantes intervieram neste processo: as mudanças verificadas se deveram também aos problemas decorrentes da rivalidade militar e da intensificação da inovação tecnológica – a crise na estrutura de acumulação impactou na capacidade produtiva de forma severa e, associada à estrutura paternalista e autoritária, gerou como consequência a crise “hegemônica e orgânica do ‘comunismo real’ “ (Gill, 2007b: 79). O “liberalismo imbricado”, conforme concebido por Ruggie, diante das crises, recessões e processos de reestruturação dos anos 70 e 80, cede lugar à emergência de um bloco capitalista transnacional (Gill, 2007b: 80).

“(…) Vivemos num mundo caracterizado pela integração global crescente de estruturas financeiras e de produção, por intrincadas redes de comunicação, pela rápida inovação e difusão de tecnologia e pelo possível surgimento de formas associadas de consciência (...)” (Gill, 2007a: 48). Essa política global mantém os Estados soberanos como atores centrais e lócus da autoridade política, muito embora estruturas formais e informais de poder global tenham emergido, tais como as organizações e alianças internacionais e movimentos centrados nos interesses hegemônicos da elite ou contra-hegemônicos da sociedade civil (Gill, 2007a: 49). Determinados mecanismos do aparato estatal deverão, ainda, ter a sua atuação ampliada, como forma de suprir as necessidades do capital e do regime de acumulação global, sendo um exemplo disso o estabelecimento de uma legislação para disciplinar o trabalho e gerar ordem (Gill, 2003: 166). O contraponto seria verificado pela atuação de instituições internacionais financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, dos bancos regionais e dos países do G7 ao demandar a redução da intervenção do Estado na economia, principalmente nos países de Terceiro Mundo, que passam, então, a abandonar seus modelos de desenvolvimento. A influência passa a ser exercida de forma estrutural e indireta, especialmente por meio da criação de estruturas constitucionais que favorecem o mercado (Gill, 2003: 167).

Para Gill, essa nova ordem mundial emerge de uma “tríplice crise”, isto é, uma crise que possui origem três “níveis” analíticos que se relacionam e se influenciam mutuamente: 1) Nível político: mudanças institucionais, como a globalização e a transnacionalização que impactam no Estado; 2) Nível econômico: marcado pela reestruturação produtiva, financeira e comercial global e 3) Nível “sociocultural”: emergência de novas estruturas ideacionais e de contestação. (Gill, 2007a: 51-52). Embora possuam características comuns em todo mundo, os impactos estruturais e

institucionais desta tríplice crise são sentidos de forma desigual entre os diferentes Estados, forças e classes sociais, e, por este mesmo motivo, “envolve[m] amplamente a relação entre discursos hegemônicos e os princípios de inclusão/exclusão e supremacia/subordinação que tais discursos contêm ou implicam” (Gill, 2007a: 57).

Acreditamos ser este caso do Estado Brasileiro, que passou e passa por um processo de transnacionalização, realizando reformas econômicas, que envolvem a adoção de planos de reajuste econômico, cujo ápice seria a criação do Plano Real, em 1994, e reformas políticas e sociais, que podem ser simbolizadas (e concretizadas) pela elaboração de uma nova Constituição, em 1988. As novas estruturas ideacionais que emergem com o neoliberalismo e favorecem a iniciativa individual, contestando a capacidade e a efetividade do Estado em prover os bens e serviços públicos à sua população geram uma ampla mobilização da sociedade civil – embora de forma fragmentada e setorializada – que acaba por ser apropriada, em certa medida, por interesses de frações da classe capitalista transnacional, como forma de adaptação ao novo contexto e como forma de gerar mercado, por meio da constituição da idéia de “terceiro setor” – o que, entretanto, não significa que não haja formas de resistências, como pretendemos demonstrar.

O impacto desta tríplice crise da qual nos fala Gill é sentido igualmente em organizações internacionais como a ONU, que se aproxima do setor privado e desenvolve, numa mesma perspectiva de parceira e complementaridade - o Pacto Global. O Pacto Global busca a adesão de empresas e setores da sociedade civil em um pretense “esforço comum” para dar ao “mercado global uma face humana”, utilizando como meio para a sua difusão e penetração em contexto políticos e culturais mais específicos, as suas redes locais.

O global, então, não aparece como um domínio em si, separado de outras esferas (nacional, regional, local, doméstico, etc), mas inter-relacionado a elas: os espaços se constituem mutuamente e, assim, não faz sentido estabelecer oposições entre o global e o local, “since the situation is generally both local and global at the same time. It is the particular blend of local and global (and other spatial spheres) that matters, not locally versus globality” (Scholte, 2002: 29). A globalidade, embora possa ligar pessoas em qualquer parte do mundo, não o faz em todo lugar, nem no mesmo grau. Existem relações de poder que permeiam os diferentes espaços, envolvendo atores e estruturas sociais que “*empoderam algumas pessoas e desempoderam outras*” [Tradução própria] (Scholte, 2002: 32).

As crises dos anos 1970 e 1980 repercutiram de forma drástica especialmente nos países subdesenvolvidos. “Os países de Terceiro Mundo iniciaram um ciclo recessivo, marcado por um comprometimento de todos os saldos comerciais com os pagamentos de serviços (juros e taxas) da dívida externa” (Roland, 2000:21). É neste contexto que “os países subdesenvolvidos passaram a figurar como fornecedores de capitais para a recuperação dos países desenvolvidos” (Ibid). Os constrangimentos impostos pelo FMI para a concessão de novos empréstimos exigiam a aplicação de políticas recessivas, centradas no aumento das exportações, na contenção ao consumo interno – o que pressupunha o rebaixamento do poder aquisitivo da população – e na diminuição das importações como forma de gerar divisas com fins ao pagamento dos juros da dívida externa. Este quadro, por sua vez, agravava a situação já caótica dos países subdesenvolvidos, pois aumentava a inflação e o desemprego, no que se chamou de “década perdida” (o período que compreende o final dos anos 1970 até os anos 1980). (Roland, 2000: 21-22).

O discurso hegemônico do neoliberalismo apareceu, então, como alternativa para a superação da década perdida na América Latina, e sua reinserção no sistema internacional de créditos, no final dos anos 1980 e início dos 1990. Para Roland, o Consenso de Washington:

expõe a formação de um pensamento de validade e disseminação política transnacionais, tendo como gênese o embate acadêmico no âmbito dos setores sociais, nacionais, americanos que acabaram ocupando espaços privilegiados junto ao governo e servindo à reprodução e legitimação de um determinado modelo de acumulação e regulação (Roland, 2000:26)

Para a autora, este Consenso representa uma estratégia de dominação hegemônica dos EUA que o exporta principalmente para os países subdesenvolvidos, mas não o aplica internamente e nem mesmo encontra grande aceitação nos países capitalistas centrais. No Brasil, a sua adoção resultou de uma decisão política, influenciada, principalmente, por 3 fatores: 1) Globalização, com ênfase no aspecto financeiro e nas premissas neoliberais; 2) Transnacionalização dos meios dirigentes, dado o vínculo entre estes e os organismos internacionais e 3) Americanização do ensino superior, como forma de modernizar o conhecimento nas ciências econômicas no país.

A elite brasileira, os intelectuais locais e os governantes nacionais absorveram e aplicaram as “medidas legitimadas pelos centros de poder e pensamento econômico

hegemônico” (Roland, 2000:81), importando os ideários advindos com a transnacionalização.

Apesar da força do discurso ideológico do neoliberalismo e dos constrangimentos estruturais da globalização neoliberal, suas prescrições políticas, econômicas, financeiras – também sociais e culturais – tiveram aplicação desigual ou seletiva, e – como escolhas políticas – impactaram de forma tanto homogeneizante quanto heterogeneizante (Scholte, 2002). Estados, grupos de Estados, organizações não-governamentais, além de outros atores políticos e sociais, criaram mecanismos de resistência, no final dos anos 1990 e nos anos 2000, e reorientaram suas políticas e formas de atuação como meio de conter ou limitar a expansão da globalização neoliberal. As manifestações em Seattle, Washington, Genebra e Davos, a criação do G-20, em 1999, a criação do Fórum Social Mundial, em 2001, o fracasso da rodada de Doha e das suas negociações na Conferência Ministerial, em 2003, em Cancún, e as crises de 2008 – financeira, climática, energética e de alimentos – demonstram as limitações da globalização capitalista neoliberal, que, no entanto, não são recebidas de forma passiva pelo empresariado transnacional, pelo contrário, são absorvidas como mecanismos de aprendizagem e readaptação.

Neste ponto, diante das graves conseqüências da globalização neoliberal, tem-se apresentado como alternativa a idéia de governança, que amplia o conceito de gestão pública, ultrapassando a sua dimensão econômica e chegando às dimensões política e social, com o intuito de aumentar a capacidade de governo, que deve ser participativo, transparente e eficaz (Costa, 2006):

O termo governança foi introduzido no debate público internacional em 1992 pelo Banco Mundial. O Fundo Monetário Internacional passou a legitimar também suas orientações por este conceito. A noção de boa governança (*good governance*) do Banco Mundial vem intrinsecamente associada à capacidade governativa e passa a ser requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, como conceito que incorpora ao crescimento econômico a equidade social e os direitos humanos (World Bank, 1992<sup>8</sup>). (Costa, 2006:35).

O trecho acima expõe claramente que instituições oficiais, como as instituições financeiras internacionais (mas também Estados, governos, empresas, associações empresariais, dentre outros) criam e absorvem alternativas aos desequilíbrios e exclusões gerados pela globalização, que estes mesmos atores ajudaram a avançar.

---

<sup>8</sup> World Bank. *Governance and Development*, 1992.

## 1.2

### Estudos Críticos sobre a Globalização

As bases teóricas que nortearão nosso trabalho encontram-se agrupadas nos chamados “estudos críticos sobre a globalização”. Nossa escolha, política como haveria de ser, reflete o interesse em desvendar alguns dos limites e contradições colocados pela nova ordem global e pelos significados de responsabilidade social corporativa.

Robinson (2006) afirma que todo trabalho intelectual é orgânico, no sentido de que “all such labor is social labor, its practitioners are social acts, and the products of its labor are not neutral or disinterested” (Robinson, 2006: 22). Neste sentido, Robinson convoca os estudiosos críticos da globalização a serem úteis à emancipação das maiorias subordinadas, em um esforço permanente de unir a teoria à prática,

Para o autor, estes estudos críticos, no século XXI, devem tomar uma perspectiva global – uma vez que suas estruturas e processos perpassam o local, o nacional e o regional, atingindo e atravessando os diversos níveis – e subversiva, buscando demonstrar a parcialidade dos discursos hegemônicos e construir alternativas contra-hegemônicas, pautadas na substituição das estruturas de poder e de hierarquia dominantes por outras, vistas como mais igualitárias e justas – o que inclui o engajamento e a problematização com o macro e o micro, com as estruturas e com a vida cotidiana, com a práxis e com as mais diversas abordagens teóricas.

Primeiramente, em relação aos estudos que possuem como base teórica os escritos de Gramsci, é preciso deixar claro, como expôs o próprio Gill (2007a:42), a não-existência de consenso referente às idéias de Gramsci – tidas como fragmentadas e até mesmo como contraditórias.

Gill (2007b) apresenta três diferenças da abordagem gramsciana para o que chama de “ortodoxia predominante”: 1) Trata-se de uma abordagem que critica epistemologicamente e ontologicamente o empirismo e o positivismo dominantes, compreendendo, simultaneamente, o agente e a estrutura, ou seja, as estruturas históricas e a consciência e a ação individual ou coletiva; 2) Crítica o individualismo e o reducionismo metodológico, já que “para Gramsci, é a totalidade das relações sociais configuradas pelas estruturas sociais (“a situação”) que é a unidade básica de análise” (Gill, 2007b: 69); e 3) Insiste analiticamente na dimensão ética, “de modo que as questões de justiça, legitimidade e credibilidade moral são integradas sociologicamente no todo e em muitos de seus conceitos-chave” (Ibid). Neste sentido, Gill aponta a

dualidade existente em Gramsci quanto aos conceitos de Estado e política: o Estado é analisado não apenas como instrumento de dominação de classe, numa abordagem marxista clássica, mas igualmente como aparato capaz de promover a boa sociedade, numa concepção mais aristotélica, destacando, então, a centralidade das forças sociais objetivas e subjetivas no desenrolar da história, que se influenciam mutuamente e se interpenetram.

Portanto, em vez da tendência para reificar o Estado e o sistema interestados, a abordagem gramsciana explica a natureza do Estado em termos de complexidade das relações entre Estado e sociedade civil, e mostra que a natureza do poder estatal está relacionada à força da síntese dinâmica entre as principais correntes da economia e da sociedade, operando politicamente numa base inclusiva. A síntese dessas forças cria o que Gramsci chamava de bloco histórico, que, às vezes, tem o potencial de tornar-se hegemônico. Para a hegemonia ética ser possível, o Estado tem de ser necessariamente constituído, primeiramente pela legitimidade geral e pelo consentimento ativo, o que implica a inclusão de interesses dos elementos subordinados dentro do sistema. (Gill, 2007b: 89).

A hegemonia aparece, então, como conceito próprio e fundamental nos estudos em relações internacionais que tiveram por base os escritos de Gramsci (mas mantida a sua essência) e transposto para as relações internacionais inicialmente por Robert Cox, “a contemporary theorist who has been instrumental in introducing his [Gramsci’s] work to an International Relations audience” (Hobden&Jones, 2001). Criticando as teorias dominantes nas relações internacionais e na economia política internacional e propondo uma abordagem crítica, Cox (2007) retoma as origens da idéia de hegemonia desenvolvida pelo intelectual marxista e aponta a existência de duas correntes que teriam levado este último a chegar a seu entendimento deste conceito.

Relacionada ao contexto e a circunstâncias históricas específicas, Cox afirma que, em Gramsci, os conceitos aparecem de formas pouco claras e bastante flexíveis, adquirindo sentido apenas quando confrontados com a realidade histórica concreta de um determinado período. Desta forma, para Cox, as duas correntes que são apontadas como influenciadoras para a idéia gramsciana de hegemonia derivam “dos debates da Terceira Internacional sobre a estratégia da Revolução Bolchevique e da criação de um Estado socialista soviético; e segunda dos textos de Maquiavel” (Cox, 2007: 103).

Quanto à primeira corrente, Cox afirma que a grande contribuição de Gramsci teria sido no sentido de aplicar a idéia de hegemonia à burguesia e aos mecanismos da classe dominante, pois, nos casos em que esta hegemonia foi alcançada e estabelecida na sociedade civil, a burguesia precisou administrar o Estado diretamente poucas

vezes<sup>9</sup>. A segunda corrente tem origem em “O príncipe”, de Maquiavel: a imagem do poder representado pelo centauro é apropriada por Gramsci, em um misto de consentimento e coerção. “Enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, anômalos”. (Cox, 2007: 105). Neste sentido, hegemonia é concebida como um encaixe entre poder, idéias e instituições, sendo possível verificá-la para além dos limites dos Estados, por meio das forças sociais moldadas pelas relações de produção, adquirindo importância, portanto, a estrutura de classe global, as elites transnacionais e (sua influência sobre) o papel das organizações internacionais (Cox, 1996:104-105;111). Nos planos global e nacional, a iniciativa da ONU para RSC adquire destaque nesta perspectiva: cabe indagar como as forças sociais locais e globais que se encontram no Pacto Global atuam de forma a contribuir para a hegemonia do capital e para a legitimidade de suas ações.

Cox desenvolve ainda importantes conceitos gramscianos, associados à idéia de hegemonia, como a “guerra de posição” e a “guerra de movimento”, a “revolução passiva”, e “bloco histórico”. Em relação aos dois primeiros conceitos, “guerra de posição” e a “guerra de movimento”, afirma Cox, Gramsci analisa a Revolução Bolchevique e percebe as diferenças entre a Rússia e a Europa Ocidental, afirmando que, enquanto na primeira, o Estado possuía uma forte capacidade de coerção, embora vulnerável, e uma sociedade civil pouca desenvolvida, a vanguarda do proletariado, de forma bastante disciplinada, foi capaz de derrubar o Estado numa guerra de movimento, em um ataque frontal e, então, se dedicar a construção de um novo Estado com base em consentimento e coerção – já que não havia sociedade civil organizada a ponto de lhe fazer frente. Na Europa Ocidental a situação era bastante diferente. O grau de desenvolvimento da sociedade civil aliado à hegemonia burguesa impediria que a guerra de movimento obtivesse êxito: uma possível tomada do Estado seria rapidamente revertida pela recuperação da sociedade civil. A solução seria encontrada em uma “guerra de posição”, por meio da qual os fundamentos sociais de um novo Estado seriam construídos de forma lenta e gradativa.

---

<sup>9</sup> Esta ampliação na aplicação do conceito de hegemonia levou Gramsci a ampliar igualmente o seu conceito de Estado, pois, quando este se encontrava “sujeito à hegemonia de uma classe dirigente de formação social inteira, não fazia sentido limitar a definição de Estado àqueles elementos do governo” (Ibid). Nestes termos, o Estado passa a incluir, de forma histórica e concreta, elementos da estrutura política da sociedade que atuam de forma a produzir comportamentos coerentes com a ordem hegemônica.

As sociedades que ainda não haviam vivenciado algum tipo de revolução social completa, tendo importado ou sido submetidas a formas externas de uma ordem que não substituíra a ordem pré-existente, se encontravam, para Gramsci, dentro de um impasse dialético marcado pela revolução-restauração, chamado pelo autor de revolução passiva, ou seja, “a introdução de mudanças que não envolveram nenhuma sublevação de forças populares” (Cox, 2007: 108). Afirma Cox: “o conceito de revolução passiva é uma contrapartida do conceito de hegemonia por descrever a condição de uma sociedade não-hegemônica – uma sociedade na qual nenhuma classe dominante conseguiu estabelecer a hegemonia no sentido gramsciano do termo” (Cox, 2007: 109-110).

Uma característica importante que fora observada por Gramsci na revolução passiva da Itália, no final do século XIX, é o *transformismo*, uma política de coalizão de interesses que coopta “líderes potenciais de grupos sociais subalternos” (Cox, 2007: 109) e, desta forma, impede a organização de uma oposição ao poder constituído. A atualidade da idéia de transformismo se mantém: a participação de ONGs e outras organizações em torno de projetos e instrumentos de RSC dificulta a emergência de projetos alternativos ou contra-hegêmônicas, mas não impede a existência de tensões e questionamentos à ordem constituída. Sindicatos, academia e também ONGs disputam os significados da RSC, reivindicam representação em fóruns, manifestam oposição ao instituído, ainda que de forma incipiente e bastante fragmentada, como veremos.

Neste sentido, a concepção de *bloco histórico* vem fazer frente ao transformismo: para Gramsci, a união do Estado e da sociedade forma uma estrutura sólida, com elementos objetivos e subjetivos que se interpenetram e se influenciam mutuamente, numa lógica dialética, possuindo objetivos revolucionários. O papel dos intelectuais adquire destaque na construção do bloco histórico, uma vez que, organicamente vinculados a determinada classe social, são eles os responsáveis pelo desenvolvimento de uma identidade comum.

Introduzidos estes conceitos tidos como primordiais no pensamento gramsciano, Cox passa, então, especificamente à análise das relações internacionais. Para Cox, Gramsci, em seus poucos escritos sobre a área, afirma que o Estado ampliado permanece como entidade primária das relações internacionais e como lócus de lutas sociais e, assim, de produção de hegemonia. Esta hegemonia interna da classe social dominante seria, posteriormente, expandida para além dos limites territoriais nacionais – dos países poderosos que passaram por uma revolução social e econômica completa –

sendo imposta aos países periféricos por meio da revolução passiva e se tornando, deste modo, uma hegemonia mundial.

Esta hegemonia mundial, para Cox, fruto da hegemonia interna de uma classe dominante nacional, como visto acima, se expande para os países periféricos e passa a ser expressa “em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais – regras que apóiam o modo de produção dominante” (Cox, 2007: 119). As organizações internacionais, portanto, são vistas por Cox como produtos da hegemonia mundial, que legitimam ideologicamente a ordem estabelecida, absorvendo idéias contra-hegemônicas e cooptando as elites dos países periféricos. Neste sentido, Cox acredita que uma guerra de movimento a nível internacional é pouco provável, uma vez que as organizações internacionais são controladas não por uma ampla base popular, mas pelas classes nacionais hegemônicas dos países centrais, restando apenas a possibilidade de construção de blocos históricos dentro de fronteiras nacionais que venham a disputar uma nova ordem mundial por meio de uma guerra de posição.

Considerando os estudos de Gramsci, Rupert (2000) afirma que, historicamente, houve a formação de um bloco hegemônico cujo objetivo tem sido criar uma ordem transnacional liberalizada, por meio da difusão da ideologia do mercado apolítico, na qual os indivíduos são concebidos de forma abstrata. A globalização aparece não como algo novo, mas como um processo histórico, incompleto, desigual, ambíguo e contraditório, diretamente relacionado à história do processo de desenvolvimento social capitalista. Neste sentido, a globalização – por ele denominada de “globalização liberal” – representa o fruto de um projeto político claramente vinculado a uma constelação de forças sociais dominantes, uma continuação do processo de acumulação capitalista, no qual as estruturas históricas atuam como lugares de relações sociais de poder e se constituem enquanto objeto de disputas pelos atores sociais localizados dentro desta estrutura. É neste sentido que entendemos a Responsabilidade Social Corporativa, como exemplo, simultaneamente, de dominação e disputa.

Para Rupert há um bloco histórico transnacional capitalista, que se constitui, inicialmente, pelos planejadores keynesianos e pelos internacionalistas liberais, após a Segunda Guerra Mundial, mas que se expandiu, integrando novos setores, atores e idéias: finanças globais, empresas multinacionais e organizações transnacionais, países em desenvolvimento e o neoliberalismo, por exemplo. A globalização neoliberal, neste

sentido, tem como base a ideologia do livre-comércio, que pretende despolitizar a economia global e, assim, evitar os conflitos em torno de uma redistribuição dos bens públicos – o que acaba por fortalecer o poder social do capital. As idéias decorrentes de compartilhamento de responsabilidades presentes na temática da RSC e, portanto, presentes no Pacto Global e disseminadas pela rede brasileira, atuam neste sentido: como forma de evitar conflitos sobre direitos derivados da condição de cidadania e embora venha sendo, em grande medida, exitosa, não impede críticas e questionamentos.

Em S. Gill (2003) podemos encontrar, assim como em Rupert, a idéia de um bloco histórico capitalista transnacional, que atravessa as relações sociais no espaço e no tempo. Valendo-se de categorias de análise também apoiadas nos escritos de Gramsci, Gill defende que há uma dinâmica de classe global – que responde a uma determinada conjuntura – mas, no caso da classe capitalista transnacional, não apresenta uma identidade de interesses que permita chamá-la de hegemônica (mais uma vez, em termos gramscianos), possuindo esta última, então, apenas supremacia.

Gill compreende a globalização como um processo amplo, que reestrutura o Estado (e se vale do seu poder político) e a sociedade civil, a economia política e a cultura, de acordo com uma ideologia que prioriza o mercado e a mobilidade do capital, denominada por ele de neoliberalismo oligopolístico, ou seja, proteção e oligopólio para os fortes e disciplina de mercado e socialização de seus riscos para os pobres. Muito embora a globalização seja para Gill um fenômeno multifacetado e multidimensional, ela é dominada por princípios políticos e econômicos neoliberais, que apontam a monetarização, a comercialização, a privatização e transnacionalização do capital como desejáveis e, ao mesmo tempo, inevitáveis.

Como forma de observar as transformações sociais e culturais da atual fase de globalização, Gill desenvolve a idéia de um “neoliberalismo disciplinar” – que opera tanto a nível transnacional quanto local – e diz respeito à combinação das micro e macro dimensões do poder, que atuam como forma de controlar subjetividades e orientá-las para o mercado: o poder estrutural do capital de controlar e moldar subjetividades e expectativas; e o “poder capilar” ou “panóptico”: a habilidade de promover uniformidade e obediência. Esta habilidade, acreditamos, perpassa organizações internacionais e locais, e mesmo que teoricamente se proponham a objetivos mais amplos, como desenvolvimento econômico-social, se opõem à noção de conflito, optando por uma lógica de coordenação de interesses. Neste ponto se situam os esforços

recentes da ONU em difundir princípios éticos e morais dentre as empresas, em plano global e local, por meio da formação de redes que derivam do Pacto Global, muito embora, no Brasil, o Instituto Ethos e outras organizações voltadas para a responsabilidade social já buscassem realizar esta tarefa, como pretendemos demonstrar.

O neoliberalismo disciplinar, para Gill, se institucionaliza quando passa a ser inserido em novas estruturas constitucionais que garantem segurança jurídica ao capital, no nível macro do poder, tanto por meio da atuação do Estado quanto pela atuação das formas políticas internacionais. “New constitutionalism is a macro-political dimension of the process whereby the nature and purpose of the public sphere in OECD has been redefined in a more privatized and commodified way, with its economic, with its economic criteria defined in a more globalized and abstract frame of reference” (Ibid).

A Atuação do Estado na promoção da globalização também está presente no pensamento de S. Sassen (2010) e Santos (2002). Para Saskia Sassen, “o global (...) transcende o quadro exclusivo dos Estados Nacionais, mas, de modo simultâneo, habita parcialmente territórios e instituições nacionais” (Sassen, 2010: 9). Para a autora, a globalização (que não é nova, mas na sua fase atual possui especificidades) se manifesta, então, como um conjunto de dinâmicas que inclui a formação de instituições e processos especificamente globais e, ao mesmo tempo, contém processos que ocorrem dentro de territórios e domínios institucionais que, embora localizados dentro de espaços tido como nacionais ou subnacionais, fazem parte da globalização (como, por exemplo, as redes e entidades transfronteiriças de responsabilidade social – como a Rede Brasileira do Pacto Global – que interligam atores e processos).

Neste sentido, Sassen afirma a necessidade da superação das dualidades global/local, apontando como críticos na análise da globalização os conceitos de lugar e escala, que devem ser historicizados e compreendidos a partir das lógicas subnacionais e supranacionais. Tem-se, então, um processo de reescalonamento – que atravessa os limites institucionais do território nacional (mas não afirma o desaparecimento de hierarquias anteriores) – e de multiescalonamento, ou seja, que opera entre escalas. Uma rede de responsabilidade social corporativa local, compreendemos, cujos membros, ou melhor, cujo membro específico – o Instituto Ethos, representado por um de seus fundadores, Oded Grajew – alcança certa posição de destaque na política nacional e global, quando se fala em “engajamento do empresariado” em questões sociais, igualmente opera entre escalas, numa lógica multiescalar, como será visto adiante.

Para Sassen, o Estado aparece como elemento fundamental para a formação de sistemas globais: há um encaixe parcial do global no nacional, no qual certos componentes dos Estados nacionais são parcialmente desnacionalizados. O papel do Estado é transformado de forma a promover a implantação do sistema econômico global, não apenas nos termos de desregulamentação ou liberalização, mas também no sentido de criar as próprias estruturas e regulamentações que propiciam a globalização.

“Presenciamos um reposicionamento do Estado em um campo mais amplo de poder e uma reconfiguração de trabalho dos Estados” (Sassen, 2010: 32). O Estado toma para si a tarefa de “encolher seu próprio papel de regulamentar as transações econômicas” (Sassen, 2010: 34), como consequência, fortalece “o poder e a legitimidade de autoridades estatais privatizadas e desnacionalizadas. O resultado é uma ordem emergente que tem consideráveis capacidades de governança e poder estrutural. Essa ordem institucional contribui para fortalecer as vantagens de certos tipos de atores econômicos e políticos para enfraquecer as de outros” (Sassen, 2010: 35), o que acreditamos ser possível vislumbrar pelo estudos do Pacto Global e da Rede Brasileira do Pacto Global.

De forma similar, Santos (2002) compreende que o neoliberalismo atua de forma a impor uma destruição institucional e normativa que afeta a legitimidade global – para organizar a sociedade – do Estado que, por sua vez, deve “intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação” (Santos, 2002: 10), fortalecendo, assim, as instituições internacionais e a idéia de “governo global”. Cabe ao Estado, então, promover o seu próprio enfraquecimento (em oposição ao fortalecimento do mercado e da sociedade civil), implantar a democracia liberal (dada a correlação entre liberdade política e liberdade econômica) e defender o primado do direito e do sistema jurídico como sua nova forma (a)política – oferecendo, então, um novo quadro legal que proporcionada credibilidade e previsibilidade para as operações de liberalização do mercado.

O Estado brasileiro adotou posturas, simultaneamente, ativas e receptivas – porque recebeu “orientações” de agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as concretizou – de ajuste fiscal, comercial e financeira, atendendo às demandas neoliberais de criação de condições para expansão de investimentos e empréstimos estrangeiros, para entrada de empresas transnacionais no país e também para a atuação das organizações da sociedade civil (Oscip). O Estado criou, inclusive, “políticas

públicas” e marcos legais que institucionalizam as idéias de parcerias e complementaridade entre “os diversos setores que compõem a sociedade”, numa lógica ambivalente (mas não contraditória, porque faz parte da própria lógica da acumulação capitalista) que fortalece o poder do mercado e do (mercado do) “terceiro setor”.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002), não devemos falar em globalização, mas em globalizações, no plural, dados serem elas diferentes conjuntos de relações sociais (e que, por isso, dão origem a diferentes tipos de globalização). Para o autor, as globalizações se apresentam como “fenômeno[s] multifacetado[s] com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de um modo complexo” (Santos, 2002: 1), que reúnem elementos de universalização e particularismo e se manifestam como campo de conflitos entre grupos e atores hegemônicos em oposição a grupos e atores subalternos. Boaventura concebe a globalização como um campo não apenas de dominação hegemônica neoliberal, mas como um campo de conflitos e de disputa social e política, no qual estão presentes aparentes contradições<sup>10</sup> que sinalizam para um período de transição do sistema mundial.

É também nesta perspectiva que enxergamos a responsabilidade social corporativa e a adoção de mecanismos e instrumentos ligados a parcerias com setores dominantes, por parte de Estados e Organizações Internacionais: como campo de conflitos, que, todavia, ainda não é capaz de formar um projeto conjunto e alternativo ao discurso hegemônico, assentado na busca por interesses comuns e, por este motivo, não conseguimos visualizar a possibilidade de transição do sistema mundial, da qual nos fala Santos.

### 1.3

#### **Transnacionalização e Formação da Classe Capitalista Transnacional**

Considerando a globalização como um novo período da história do capitalismo, Robinson (2006) concebe a existência de uma civilização global, dividida entre os que possuem e os despossuídos (“haves” e “have-nots”), marcada pela emergência de uma

---

<sup>10</sup> As aparentes contradições discutidas por B. S. Santos são: 1) Contradição entre o global e o local: para o autor, embora as relações sociais pareçam cada vez mais desterritorializadas, novas identidades enraizadas territorialmente (de forma real ou imaginária) continuam a emergir; 2) Contradição entre Estado-Nação e Não-Estado Transnacional: convivência de um processo de estatização com um processo de desestatização transnacional ; 3) Contradição entre o capitalismo e a solidariedade transnacional.

ordem transnacional, que tem início nas crises econômicas mundiais nos anos 1970 e toma forma nas duas décadas seguintes. Para o autor, esse período é caracterizado por mudanças profundas no sistema capitalista que incluem: 1) a formação do capital transnacional e a integração de todo e cada país no sistema financeiro e de produção global; 2) a formação de uma classe capitalista transnacional, ancorada no sistema global de mercado e de circuitos de acumulação; 3) o surgimento do Estado transnacional, compreendido como uma rede ainda em formação ( porém cada vez mais coerente) vinculada a organizações supranacionais, de caráter econômico e político e cujo aparato estatal está penetrado na classe capitalista transnacional e 4) o surgimento de novas formas de exclusão e desigualdade na sociedade global.

Robinson (2004) compreende a globalização como quarta mudança histórica<sup>11</sup> propiciada pelo desenvolvimento e pela expansão capitalista, pelos avanços tecnológicos e de comunicação e pelo colapso das alternativas ao capitalismo ( do socialismo e dos movimentos de libertação nacional dos países de Terceiro Mundo), a partir das crises dos anos 1970, dando, então, origem à fase transnacional do sistema capitalista. “Transnationalization occurs when national capitals fuse with other internationalizing national capitals in a process of cross-border interpenetration that disembeds them from their nations and locates them in a new supranational space opening up under the global economy” (Robinson, 2004:54).

A globalização da produção aparece para Robinson como um processo de transnacionalização, uma vez que se observa não apenas a extensão territorial da produção para além das fronteiras nacionais, mas também integração funcional de atividades que são economicamente dispersas. As diferenças do momento atual do capitalismo global são, portanto, de cunho quantitativo e qualitativo, uma vez que o capitalismo passa a integrar todo o mundo em suas formas e relações de produção, pressupondo, portanto, de um lado, reestruturação, fragmentação e descentralização do processo e dos canais produtivos – organicamente vinculados principalmente por redes horizontais e modelos de acumulação flexíveis, criadas a partir de novas tecnologias e por inovações organizacionais, características do pós-fordismo – e, por outro lado, centralização e concentração dos meios de tomada de decisão e controle do capital transnacional.

---

<sup>11</sup> A primeira fase é a emergência do capitalismo e a superação das relações feudais; a segunda, o capitalismo clássico, competitivo, marcado pela revolução industrial e a terceira, o capitalismo

Assim, a idéia de classe social e de frações de classes, com seus elementos objetivos e subjetivos, com as devidas atenções à história, agência e estrutura, adquirem importância. Para Robinson, há a formação de uma classe capitalista transnacional<sup>12</sup> – fracionada em torno de três interesses principais: comercial, industrial e financeira – associada a uma nova realidade histórica e concreta marcada pela globalização: os sistemas de produção, anteriormente locais, passam a fazer parte dos circuitos de produção transnacionais e a se integrar globalmente e, da mesma maneira, o local de produção e das relações de classe já não estão restritas aos limites do Estado-nação.

Esta classe capitalista transnacional emergente – cuja fração hegemônica é representada pelo capital transnacional, visto ser este o responsável pela determinação das direções, das condições e do caráter da produção a nível global – apesar de ser constituída e reconstituída de forma gradual e desigual ( inclusive nos países de Primeiro e Terceiro Mundo) e por múltiplas formas de capital (que muitas vezes competem entre si) aparece como classe em si e classe para si, ou seja, existe objetiva e subjetivamente: controla ou detém a propriedade dos circuitos de acumulação global e tem consciência de seus interesses comuns, globais. Desta forma, a CCT atua sobre instituições globais, impondo direções políticas, posteriormente internalizadas pelos Estados, que foram, a partir dos anos 1970, disputados por frações capitalistas transnacionais locais e frações capitalistas nacionais com projetos políticos e lógicas de acumulações por vezes conflitantes, e acabaram por ser capturados pelos primeiros (por meio do controle de suas burocracias, bancos centrais, ministérios, etc). Para autor, observamos um processo de transição nas quais novas estruturas de classes emergem e na qual o Estado já não organiza mais a vida social sob o capitalismo.

Inicialmente, afirma o autor, a convergência de interesses das elites dominantes, a difusão da ideologia neoliberal que parecia dominante e o “consenso democrático” –

---

monopolista e corporativo : “We can say that the first epoch ran from the symbolic dates 1492 to 1789, the second to the late nineteenth century, and the third in to the early 1970’s” (Robinson, 2004:5).

<sup>12</sup> “By *class* I mean a group of people who share a common relationship to the process of social production and reproduction and are constituted relationally on the basis of social power struggles. This concept of class applies to antagonistic polar opposites, which is to say, to classes that stand opposed to each other and are constituted on the basis of their polar relationship (...). But the concept of class can also be used for analysis of particular groupings within a single class, what we call *class fractions*” (Robinson, 2004:37). E mais: “Central to my thesis on transnational class formation is the idea that under globalization a new class fractionation, ora axis, is occurring between national and transnational fractions of classes” (Ibid).

além da promoção global da cultura do individualismo e do consumismo – refletiram a emergência de um novo bloco histórico capitalista, dominado pelo capital transnacional, mas que, na sua concepção, foi transitório, dados os limites e graves problemas suscitados pelos ajustes neoliberais, tais como aumento das desigualdades, polarizações sociais e conflitos políticos (Robinson, 2004:81).

Robinson destaca ainda o componente político da agenda transnacional que se reflete na tentativa de “tornar o mundo um lugar seguro para o capital”, por meio da adoção de medidas democráticas de baixa intensidade, evitando confrontos diretos e repressão violenta e garantindo segurança e mobilidade para a atuação do capital. Estas medidas e políticas democráticas aparecem como consensuais na nova ordem mundial, e, portanto, hegemônicas, mas representam formas de controle social por parte dos grupos dominantes (Robinson, 2004:81-84)

Entendemos a emergência da ordem transnacional capitalista como um fenômeno histórico, qualitativa e quantitativamente novo, nos termos de Robinson, mas dele discordamos quanto à incapacidade do Estado em organizar a vida social e quanto à transitoriedade do bloco histórico capitalista transnacional. Como pretendemos demonstrar, o Estado, ainda que tenha a sua autoridade formal enfraquecida e a sua legitimidade para organizar a vida social questionada, continua a agir como um dos atores centrais para o processo de transnacionalização e para a organização da vida social. O Estado continua criando ou contribuindo para a criação das estruturas necessárias para a atuação da classe capitalista transnacional, incluindo as estruturas sociais e ideacionais para os circuitos de acumulação do capital. Neste sentido, compreendemos o bloco histórico capitalista não como um bloco transitório, mas como um bloco que se readapta constantemente às novas exigências concretas e históricas, se valendo de um processo de apropriação de críticas para se manter, o que inclui, como o próprio Robinson expôs, a adoção de medidas democráticas de baixa intensidade que previnam conflitos, como as idéias que giram em torno da governança, das parcerias e, portanto, da responsabilidade social corporativa.

Sklair (2001) situa empírica e teoricamente o conceito de classe capitalista transnacional, dentro de uma perspectiva de análise do sistema global, identificando seus atores, instituições e formas de poder das quais se valem para transformar o capitalismo em um projeto global. A fim de evitar problemas decorrentes de discussões conceituais, o autor define o transnacional como “forças, processos e instituições que cruzam fronteiras, mas não derivam o seu poder da autoridade do Estado” (Sklair,

2001:02) e a classe capitalista como aquela que possui e controla os meios de produção, distribuição e troca devido à propriedade dos diversos tipos de capital. Defendendo uma abordagem que rompe com o estadocentrismo – posição da qual discordamos – Sklair afirma que as forças transnacionais mais importantes e influentes são as corporações transnacionais, a classe capitalista transnacional e a cultura-ideológica do consumismo; forças estas que buscam estabelecer uma economia global, livre de fronteiras e das restrições econômicas nacionais. Ao mesmo tempo, o capitalismo, ao tornar-se global, buscando a expansão para além dos países centrais, permite que a classe capitalista transnacional atue com cada vez mais autonomia em relação a entes estatais específicos. Neste ponto fazemos valer a nossa crítica: esta crescente autonomia não significa, contudo, que a classe capitalista transnacional ou o processo de transnacionalização sejam independentes dos Estados, como afirmamos acima.

Desta forma, “globalization is driven by identifiable actors working through institutions they own and/or control” (Sklair, 2001:01) e ainda que o autor tenha dividido analiticamente a classe transnacional capitalista em quatro frações principais<sup>13</sup>, Sklair afirma que, na prática, os indivíduos que a compõem se sobrepõem e podem vir a ocupar diferentes cargos e funções nas mesmas. As eventuais disputas dentro das frações que compõem a classe capitalista transnacional são, então, absorvidas pelos interesses comuns na acumulação e na proteção à propriedade privada, cuja coesão é fornecida por um círculo interior que controla o sistema de decisões. Seus interesses econômicos e suas perspectivas são globais, mas as formas de controle variam, indo desde o controle econômico no ambiente de trabalho, passando pelo controle político na esfera doméstica e internacional e chegando ao controle cultural e ideológico do consumismo global, que perpassa diversos aspectos da vida cotidiana.

Sklair propõe, então, quatro argumentos principais: 1) A classe capitalista transnacional emergente controla, de certa forma, o processo da globalização, principalmente por meio da sua atuação na economia global e na condução dos negócios; 2) A classe capitalista transnacional começa a agir como classe dominante transnacionalmente, porém não de forma coesa ou em todas esferas, mas de forma fragmentada e com relativo sucesso; 3) A globalização do capitalismo está pautada na

---

<sup>13</sup> 1) Os executivos das corporações transnacionais e seus afiliados locais, isto é, a fração corporativa desta classe; 2) os burocratas e os políticos que atuam globalmente – a fração estatal; 3) os profissionais globais, ou seja, a fração técnica da classe capitalista transnacional e 4) Merchants e mídia, que constituem a fração incentivadora do consumismo.

reprodução da ideologia e da cultura do consumismo, propagando a idéia de que valores fundamentais são valores materiais e, por fim, 4) A classe capitalista transnacional age de forma a tenta solucionar parte dos problemas que ela mesma cria, especialmente as crises que se originam a partir das desigualdades criadas dentro das sociedade e entre elas e a partir da crise ecológica. “The global capitalist project offers itself as the solution to all these crises [ legitimation crisis, fiscal crisis of the state, crisis for welfare, crisis of deindustrialization, the environmental crisis and others], as befits a hegemonic crisis of the first order, the solution is a new conception of global hegemony ” (Sklair, 2001:25).

Os problemas sociais decorrentes do neoliberalismo e do consumismo, tais como a profunda concentração de renda, geraram inseguranças para as corporações transnacionais, que temem não só a diminuição de seus lucros, mas igualmente expropriação e agressões. As CTNs passam, então, a agir de forma preventiva, levando seus casos às autoridades públicas, tanto nas esferas locais, quanto nas nacionais e internacionais, atuando junto ao setor público em prol de uma legislação mais favorável e criando mecanismos de convencimento da opinião pública de que “the business of society is business” (Sklair, 2001:28), exatamente onde entra a temática da responsabilidade social corporativa.

A abordagem de Sassen (2002) quanto à transnacionalização, ao papel do Estado, à formação de uma geografia transfronteiriça e à formação de uma classe capitalista transnacional, que, na verdade, é chamada pela autora de “classes globais”, difere em parte dos autores mencionados acima. O Estado é tido pela autora, e por nós, como ator essencial para a transnacionalização, para a criação de uma geografia transfronteiriça, uma vez que é ele o responsável pela criação de estruturas institucionais e legais que permitem o funcionamento do sistema econômico global e das cidades globais, promovendo, para tanto, a sua própria desnacionalização, ainda que de forma parcial.

Sassen concebe o enfraquecimento do Estado, especificamente de sua autoridade formal exclusiva, como condição para a emergência de outras escalas espaciais, tais como unidades subnacionais, transregionais e supranacionais, que em muito diferem do sistema interestatal. Além dos Estados, empresas e mercado – por meio de fusões e aquisições, redes de empresas estrangeiras e centros financeiros de alcance global – outros atores, tais como ONGs, governos, associações profissionais, passam a operar com maior intensidade transnacionalmente e constituem redes transfronteiriças, cujas

conexões são facilitadas pela existência de cidades globais, ou seja, territórios locais que ligam as economias nacionais diretamente aos circuitos globais.

“National and global markets as well as globally integrated organizations require central places where the work of globalization gets done” (Sassen, 2002:8). A dispersão ocorre sob a condição de existência de uma concentração no controle, propriedade e apropriação de lucro, significando a emergência de uma nova geografia, não planetária, mas múltipla em suas transformações, alcances e impactos, entre as cidades – e outros espaços – e dentro delas mesmas. “Globalization does indeed entail dispersal, but the combination of concentration and network expansion makes for a strongly hierarchical distribution” (Sassen, 2002:12).

Na análise da construção de novas espacialidades e de redes transfronteiriças, que geram dispersão e concentração, as classes sociais e o entendimento que se possui sobre elas adquirem importância. Sassen (2010) defende a ideia de que “as classes globais” ou “classes parcialmente desnacionalizadas” possuem um enraizamento parcial em domínios nacionais (global e o nacional e o sub-nacional são complementares e se influenciam mutuamente, dados os vínculos e as influências históricas que sistema e regimes políticos nacionais exerceram e exercem, ainda que em menor medida nos dias atuais, sobre as classes emergentes e, por outro lado, a influência da política global na constituição e atuação dos grupos) e não são necessariamente cosmopolitas, já que possuem cada uma delas, interesses específicos e fragmentados.

A autora conclui, então, o global também se constitui, ainda que em parte, em domínio nacionais e subnacionais e que as classes globais emergentes estão ligadas a territórios delimitados, sejam eles cidades globais ou governos nacionais. O enfraquecimento da autoridade formal estatal, por sua vez, permite que novas formas de poder surjam, tanto nos níveis subnacionais quanto transnacionais e, neste ponto, a luta de atores locais podem vir a adquirir dimensão global, principalmente por meio das conexões e redes múltiplas e de amplo alcance criadas pelas cidades globais. “A globalização e as novas tecnologias da comunicação e informação proporcionam que uma variedade de atores políticos locais entrem em arenas internacionais que antes eram exclusivas dos Estados Nacionais”. (Sassen, 2010: 158). Essa nova concepção do local – que não está situada numa hierarquia verticalizada de lugares, assumindo, mais uma vez, uma característica multiescalar e podendo adquirir dimensão global – possibilita novas formas de atuação e poder políticos. São formas híbridas que não necessariamente devem passar pelos mecanismos formais, como, por exemplo, a

“política das ruas” e as redes digitais. As multiescalas e a possibilidade de ir do local ao global e vice-versa sem passar por uma hierarquia territorial pré-determinada, reconhece a autora, podem igualmente ser aproveitadas por atores dotados de poder e recursos, como os Estados e os governos nacionais.

Ousamos compreender, nos termos de Sassen, que o enraizamento parcial das “classes globais” convive com um “não-enraizamento transnacional parcial”, dentro da lógica multiescalar do capitalismo global<sup>14</sup>, e pontuar que, igualmente, o capital e a globalização neoliberal podem vir a fazer uso não só das cidades globais, de suas redes e conexões – como já o fazem de longa data – mas dos atores locais e das suas lutas políticas diárias. Críticas e reivindicações locais – mas que ultrapassam o local e se manifestam nas multiescalas que se interpenetram – podem ser apropriadas e potencializadas a favor do discurso hegemônico em redes de RSC, como objetivamos demonstrar.

#### 1.4

#### **Adaptação Neoliberal e Novo Espírito do Capitalismo**

A contribuição de Plehwe, Walpen & Neunhöffer (2006) é fundamental para compreender a apropriação das lutas e das críticas – e, portanto, em nossa concepção, fundamental também para compreender a ampla difusão da RSC – e para compreender a superação da idéia de fim do neoliberalismo global, a partir das suas crises que geraram críticas tanto pelos setores de direita quanto pelos da esquerda, incluindo ativistas e acadêmicos. Os autores defendem a tese de que, apesar das crises e das críticas recebidas pelo neoliberalismo, vivenciamos a implantação de uma variedade de políticas e práticas neoliberais, que perpassam todos os níveis, e contribuem para que a hegemonia neoliberal seja reproduzida e transformada. Não se trata da morte do neoliberalismo, mas de um processo hegemônico em contínua construção, nas quais as críticas e as contestações podem ser vistas como parte de sua evolução e adaptação a novos contextos.

---

<sup>14</sup> Consideramos a existência de uma classe capitalista transnacional que, ainda se ancore em objetivos gerais da acumulação global e possua um centro de decisões composto por uma elite dotada de alta mobilidade, está igualmente vinculada a interesses de acumulação territorializados em diferentes espaços, daí a compreensão, simultânea, de um enraizamento parcial e de um não-enraizamento parcial.

Neste sentido, o neoliberalismo não é encarado a partir de uma perspectiva singular, como um pensamento único, mas como um conjunto de idéias que diferem e podem diferir entre si, e, portanto, ser compatíveis com idéias que se pensavam antagônicas ao próprio neoliberalismo, como a adoção de padrões sociais mínimos – desde que não sejam nocivos à atuação do mercado. Os autores sugerem, então, uma abordagem que se valha do que chamam de “constelações hegemônicas do neoliberalismo” – e não exatamente hegemonia neoliberal – dadas as diferenças e semelhanças existentes entre as políticas neoliberais, em um esforço de traduzir e, de certa forma, resignificar a abordagem Gramsciana de hegemonia.

By drawing a distinction between neoliberalism and hegemonic constellations we thus stress the need to analyze the world of ideas beyond traditional intellectual history, especially their modes of production and distribution, in order to better understand the materiality of ideas, i. e. their social aspect. (...) A critical assessment of the contemporary state of neoliberal hegemony must account for flexible combinations of both ideational and material elements across time and space within a common neoliberal matrix taking precedence over preceding frames of social liberalism (Plehwe, Walpen e Neunhöffer, 2006:5).

Plehwe, Walpen e Neunhöffer enfatizam, assim, os papéis desempenhados por fatores internos e externos que vão além da arena política e econômica e funcionam de forma a manter e adaptar as constelações hegemônicas do neoliberalismo a novas circunstâncias, como, por exemplo, a atuação de *think tanks*, redes e canais de comunicação que difundem idéias e mantêm a força do neoliberalismo. Tudo isso não significa, argumentam os autores, que as constelações hegemônicas sejam imutáveis, mas que são resistentes, maleáveis e que as forças sociais de oposição, por sua vez, precisam compreender melhor estas formas de adaptação, o que inclui igualmente entender as diversas formas de combinações e articulações entre público e privado, em nosso caso, as diferentes formas que assume a temática da responsabilidade social corporativa.

The fact that state authority is passed on to firms, INGOs and NGOs does not mean that states lose and non-state gain authority. Rather, it signifies a new way of sustaining capitalist accumulation in an era of global structural change. What appears at first sight as a competition for authority turns out to be a strategy for the continuation of the same system of economic production, only under new conditions (Higgott et al, 2000:6<sup>15</sup> appud Plehwe, Walpen e Neunhöffer, 2006:15)

---

<sup>15</sup> Higgott, Richard A., Geoffrey Underhill and Andreas Bieler (Eds). *Non-State Actors and Authority in the Global System*. London and New York: Routledge, 2000.

Plehwe e Walpen (2006) continuam a questionar a idéia de fim da ordem hegemônica neoliberal, levantando perguntas sobre se os acontecimentos históricos mais recentes na política global – transição de regimes no Leste Europeu, crises asiáticas no final dos anos 1990 e subida ao poder de partidos sociais-democráticos na Europa, associadas a medidas protecionistas dos EUA e a movimentos sociais que contestam o neoliberalismo e desafiam organizações e grupos como o Banco Mundial, o FMI, o G7 e outros – significariam a emergência de ordem pós-neoliberal.

Os autores afirmam que embora seja possível observar mudanças no capitalismo neoliberal, aspectos centrais para sua manutenção estão presentes, como, por exemplo, a atuação de redes de produção, difusão e circulação de conhecimento neoliberais, de *think tanks* e de intelectuais. Grande parte da atenção dos atores é voltada, então, para a dimensão ideacional e de produção do conhecimento como elemento capaz de manter a força e a readaptação do neoliberalismo (e em nossa concepção, as redes de responsabilidade social corporativa cumprem essa função de permitir a manutenção do capitalismo neoliberal e transnacional).

Neste sentido, os autores dão destaque à formação e à atuação da Sociedade Mont Pèlerin (SMP), por acreditarem que a devida atenção não foi dada à “contribuição de radicais neoliberais” e sua capacidade de desenvolver estudos sérios, abordagens múltiplas e debates plurais, criando uma estrutura ideológica coerente de princípios para o neoliberalismo, que desde então têm sido amplamente difundidos e divulgados. “From its humble origins, the group which contained 38 intellectuals as its founding in 1947 has developed into a truly global network with over 1,000 members so far” (Plehwe e Walpen, 2006:29).

Plehwe e Walpen acreditam que, como uma comunidade de conhecimento que se tornou transnacional e se ampliou ao longo dos anos, a SMP possui como elemento vital para o neoliberalismo não a sua publicidade ou visibilidade, mas exatamente a sua capacidade de criar e expandir uma rede que conecta diversos atores e arenas institucionais - academia, empresas, políticos e mídia – e atua baseada em princípios gerais, básicos e consensuais, que não tem como objetivo primeiro atuar diretamente no governo.

O papel dos *advocacy think tanks* e outras instituições neoliberais são igualmente lembrados como forma de sustentar a idéia de que as redes neoliberais possuem uma grande capacidade organizacional e de produção, disseminação e circulação de conhecimento que ainda não encontram forças de oposição que lhe

possam fazer frente. Estas instituições proliferaram em todo mundo, concentrando suas atenções em áreas específicas – embora estas estejam de acordo com os guias gerais neoliberais – desenvolvendo vínculos transnacionais que ajudam a resistir e se adaptar continuamente aos desafios à sua hegemonia.

Os autores concluem afirmando que a constatação por parte do FMI e o Banco Mundial de que “as instituições importam”, assim como a boa governança e a governança global, não podem ser interpretadas como uma suposta emergência de ordem pós-neoliberal. Pelo contrário, para os autores, “novas preocupações” e críticas devem ser interpretadas como tentativas do próprio neoliberalismo e de sua agenda plural para manter as suas constelações hegemônicas, o que pode incluir (e, em nossa visão, inclui) a atuação do Estado como forma de assegurar a economia de mercado.

Carroll e Carson (2006), na mesma linha de argumentação dos autores acima, centram suas atenções na atuação de grupos políticos neoliberais (*neoliberal policy groups*) para a constituição da classe capitalista transnacional e para a constante readaptação da agenda neoliberal aos desafios das novas circunstâncias históricas. Os autores afirmam que a articulação dos interesses capitalistas se dá através do entrelaçamento de diretorias (*interlocking directorates*) que ocorrem em grandes instituições globais, responsáveis pela construção de consenso entre elites, apesar de crises, recessões e novas formas de resistência civil. “It is from these sites that the strategic visions and policy frameworks informing a transnational capitalist interest have been forged” (Carroll e Carson, 2006:53).

Carroll e Carson analisam cinco organizações e grupos políticos que atuam de forma a compor a política neoliberal transnacional - a Câmara Internacional de Comércio (1919), as Conferências de Bildberg (1959), o Fórum Econômico Mundial (1971), Comissão Trilateral (1973) e o Conselho de Negócios Mundial para Desenvolvimento Sustentável (1995) - destacando as suas características próprias e as formas diferenciadas que assumiram ao longo da história. “Taken as whole, these global policy groups can be regarded as agencies of transnational class formation. They provide intellectual leadership that is indispensable in the ongoing effort to transform transnational capital from an economically dominant class to a class whose interests take on a sense of universalism” (Carroll e Carson, 2006:60).

Outro ponto importante desenvolvido pelos autores, por meio da análise empírica da composição de 350 corporações globais (*the global corporate elite*), é a confirmação da idéia de que a classe capitalista transnacional é formada pelo diálogo,

pelas conexões e pela ocupação de cargos de forma simultânea por membros de conselhos das grandes corporações em diferentes organizações. Carroll e Carson concluem que a classe capitalista transnacional mantém uma estrutura vertical, centralizada ao redor de um “inner circle”, uma elite corporativa global, funcionando como veículo da globalização, integrando sub-redes à sua estrutura transnacional e reproduzindo as assimetrias de poder entre Norte e Sul em sua própria constituição. As redes – e aqui ampliamos o entendimento para incluir as redes de responsabilidade social corporativa – funcionam de forma a persuadir e a criar consenso entre a elite capitalista e a orientar a opinião pública e os Estados a vislumbrarem os benefícios trazidos pelo capitalismo neoliberal. “In short, they are agencies of political and cultural leadership, whose activities are integral to the formation of a transnational capitalist class” (Carroll e Carson, 2006:67).

A temática da constante readaptação do neoliberalismo é, mais uma vez, explorada, em certo sentido, por Brand (2006), que foca suas análises na apropriação das críticas e nos perigos e vices que podem incorrer os chamados “Movimentos anti-neoliberais” ou “Movimentos sociais globais”, como, por exemplo, a cooptação ou mesmo a integração voluntária a governos neoliberais como forma de produção de consenso (exatamente como aconteceu com muitas ONGs nos anos 1990). Brand alerta que estes movimentos, embora tenham como o denominador comum e ponto positivo as críticas e o questionamento levantados contra as contradições do capitalismo global (inclusive em instituições como academia, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e outros) não geram a busca por alternativas, mas a reivindicação de que o Estado, altamente influenciado pelos interesses capitalistas hegemônicos, venha a “re-regular” a globalização e seus atores dominantes (Brand, 2006:245- 247).

O autor afirma, então, que as alternativas não podem estar centradas na dicotomia entre Estado e mercado e nem mesmo nas políticas de Estado somente, tratando-se de transformar as relações de força e desenvolver projetos contra-hegemônicos que tenham como pano de fundo a sociedade civil (mas não somente ela, porque esta igualmente encontra-se dividida e composta por setores dominantes), disputando terreno nos campos discursivo e institucional e, por isso mesmo, na economia, na política e na cultura.

Boltanski e Chiappello (2009), por sua vez, destacam a necessidade do capitalismo de desenvolver um espírito que possibilite o engajamento das pessoas na produção e no desenvolvimento dos negócios, gerando uma motivação para o trabalho,

entendida como “novo espírito do capitalismo”. “Chamamos de espírito do capitalismo a ideologia que justifica o engajamento para o capitalismo” (Boltanski & Chiappello, 2009: 39) – uma ideologia que adiciona a dimensão moral, ética e crítica à dimensão produtiva, como forma de mobilização. Neste sentido, as mudanças ideológicas acompanham as transformações do capitalismo, que busca constantemente formas de legitimação.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Estas justificações, sejam elas gerais ou práticas locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (Boltanski & Chiappello, 2009: 42).

Os autores acreditam, então, que o capitalismo busca a sua legitimidade social em valores sociais, inclusive em críticas, representações e crenças hostis a ele, que são incorporadas e institucionalizadas. É neste contexto que, a partir dos anos 90, o chamado “terceiro espírito do capitalismo” incorpora as críticas, protestos e indignações iniciadas nos anos 60: os movimentos de maio de 68 criticaram as formas de produção em massa, a hierarquia, falta de democracia e de liberdade, a burocracia, a insensibilidade do capitalismo, levando este último a adotar, nos anos 90, como forma de auto-legitimação, as preocupações da “crítica artística” e da “crítica social”, que denunciavam, respectivamente e de uma forma geral, a precariedade do trabalho e a concentração de renda e riqueza. Novas idéias que primassem pela criatividade, pela liberdade, pelo empreendedorismo, incluindo novas técnicas de gestão empresarial, capazes de dar acesso às novas representações associadas ao capitalismo da época passam a inspirar as funções da empresa.

As questões que se apresentam para os autores dos anos 90 mostram-se diferentes e idênticas, de acordo com o aspecto considerado. São idênticas por retomarem o gancho da crítica à burocracia dos anos 60, levando-a ao extremo; a hierarquia é uma forma de coordenação que deve ser banida por basear-se na dominação; dessa vez não se trata apenas de libertar os executivos, mas todos os assalariados. São diferentes porque se tornam fundamentais alguns motivos novos, como a pressão concorrencial e a exigência dos clientes” (Boltanski & Chiappello, 2009: 98).

Os autores concebem os valores de ordem moral “e a recusa mais geral às relações dominantes-dominados” (Boltanski & Chiappello, 2009: 99) como justificativas para oposição à hierarquia: “os seres humanos já não querem comandar

nem ser comandados” (Ibid.). Neste sentido, “grande número de novas formas de organização que se afastam ao máximo dos princípios hierárquicos e prometem igualdade formal e respeito às liberdades individuais “ (Ibid.) são imaginadas. O aumento da concorrência e as mudanças e inovações tecnológicas também são temas novos dos anos 90 e que preocupam aqueles ocupados com a gestão empresarial, incentivando a criação de organizações flexíveis, que trabalham em redes, marcadas por grandes fluxos de comunicação e conexão. Estas redes integram o sistema e os mercados e, simultaneamente, elaboram projetos voltados para o bem coletivo, mas que acabam por legitimar moralmente o capitalismo. E é nesta lógica, acreditamos, que se inserem as práticas de responsabilidade social corporativa, incorporando a crítica que diferentes atores, grupos e forças sociais fazem à atuação de empresas e ao seu relacionamento com a sociedade.

Acreditamos que o capitalismo neoliberal e classe capitalista transnacional desenvolvem e absorvem idéias alternativas como forma de justificar a manutenção da ordem constituída. Elementos subjetivos, de caráter moral, ético e até mesmo crítico, passam a integrar o “ethos capitalista” como forma de legitimação. É desta forma que nos anos 1990, com mais vigor, o capitalismo incorpora e institucionaliza as críticas decorrentes dos movimentos de contestação do final da década de 1960, desenvolvendo novas formas de gestão que incluem idéias teoricamente voltadas para a promoção da boa vida em sociedade e para o bem comum, dentre elas, valores, princípios e responsabilidades da própria empresa, mas que terminam por justificar e legitimar moralmente o capital, o que, mais uma vez, não significa que não haja resistência ou formas de tensionamento hegemônicas, ainda que incipientes e não articuladas, como pretendemos demonstrar em nossa pesquisa pela análise da temática da responsabilidade social corporativa, do Pacto Global e da Rede Brasileira do Pacto Global.

## 1.5

### **Poder Corporativo e Terceiro Setor**

A preocupação com a apropriação das críticas está presente também, de certa forma, na obra de Bendell (2004) a partir de suas análises sobre corporações, poder corporativo e responsabilidade social corporativa. Discutindo sobre o significado do

“poder corporativo”, Bendell estabelece o que chama de uma definição simples do termo: “Simply put, power can be understood as that which makes us, or helps us, to do or not do, to say or not say, to think or not think, to feel or not feel. Corporate power is the power that arises due to the organizational form called a corporation” (Bendell, 2004:9). Neste sentido, algumas formas pelas quais o poder das corporações é exercido, são: 1) pelo controle de mercados :

While politicians talked of “free trade”, their liberalizing and privatizing policies produced a situation where one third of world trade occurred between factories and offices of TNCs; in consumer durables, the top five controlled 70 per cent of the world market (Simms et al. 2000<sup>16</sup>). These were massive centrally-planned economies, Soviet-style corporate states that dictated what would be “needed” and how, by whom and for how much. Although people’s socioeconomic lives were governed by these TNCs, most still assumed they lived in democracies (Bendell, 2004:10).

2) pela influência direta em governos – por meio de lobby, financiamento de campanhas eleitorais e fluxos de capitais, por exemplo (Ibid) ; 3) pelo controle da mídia, criando desejos, propagando necessidades de consumo e filtrando notícias de acordo com interesses próprios – “Forty percent of all the world’s media were controlled by five TNCs” (Simms et al. 2000<sup>17</sup> apud Bendell, 2004:10); 4) pela influência no discurso, que vai além da mídia, em torno de questões sociais, tais como o ambiente ou a ética empresarial – para qual contribui a emergente “indústria da RSC”, com todo seu aparato de auditoria, certificações, pesquisa e profissionais especializados que conferem legitimidades às atividades empresariais (Bendell, 2004: 10;15-16). Neste ponto, contribuem também as produções acadêmicas e científicas voltadas para o assunto, incluindo os modelos desenvolvidos em escolas de administração sobre abordagem de aprendizagem organizacional, “das quais aponta-se a importância da parceria, do diálogo e do aprendizado social como mecanismos centrais por meio dos quais as empresas podem adquirir valores , conhecimento e competências necessárias para a sua adaptação e sobrevivência em um mundo cada vez mais dinâmico e eivado de risco” (Beghin, 2009:77 ).

O poder das corporações, entretanto, foi e vem sendo enfrentado de diferentes formas. A partir da metade do século XIX, nos EUA, houve uma preocupação entre os governos quanto à influência das corporações nos rumos da economia e da política, sendo realizada uma espécie de mapeamento das grandes corporações, que desencadeou

---

<sup>16</sup> Simms, A., T. Bigg and N. Robins. 2000. It’s Democracy Stupid: The Trouble With the Global Economy—The United Nations’ Lost Role and Democratic Reform of the IMF, World Bank and the World Trade Organization. New Economics Foundation, London.

na aprovação de leis anti-trustes nos anos de 1890 e 1914 – “However, these efforts only provided a limited check on the increasing rights of corporations” (Bendell, 2004:11).

As mudanças políticas e econômicas ocorridas ao redor no mundo no século XX reconfiguraram o papel e atuação das corporações. Revoluções de inspiração comunista-marxista no leste europeu, Ásia e América Latina colocaram fim às corporações – tidas como heranças coloniais e mecanismos de exploração – e muitas delas foram nacionalizadas na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. “This removal of private corporations did not last in most countries, as Western pressure undermined socialist governments across the global South, while the privatization of government-owned operations in Western Europe increased in the 1980s, and then in post-Communist and Southern countries, from the 1990s” (Bendell, 2004:12).

Muitos acordos multilaterais emergiram nos anos 1970 como tentativas para regular a atuação das corporações por parte de instituições internacionais. ONU, OCDE, OIT e OMS criaram mecanismos (que serão vistos a frente) para enfrentar o poder corporativo, mas estes mecanismos, já na década seguinte, se mostravam insuficientes: o seu caráter não vinculante, a capacidade de lobby das empresas e não aceitação destes acordos por parte dos países (do Norte) nos quais as transnacionais estavam sediadas e que possuíam poder de jurisdição sobre as mesmas minaram os esforços destas instituições (Bendell, 2004:12-13).

A incapacidade de regulação das transnacionais por parte dos Estados e das Instituições Internacionais gerou um aumento significativo no ativismo de grupos civis voltados diretamente para as empresas – embora “this associational revolution was occurring at the same time that the membership of political parties and trade unions, and electoral voting, fell in most Western democracies (Patterson 2002<sup>18</sup> apud Bendell, 2004: 14). As campanhas realizadas diretamente contra as corporações específicas já existiam desde o final dos anos 1970, como a International Baby Food Action Network (IBFAN) e a Coalition Against Bayer-Dangers (Bendell, 2004: 14), mas a partir dos anos 1990, a internet se tornou uma “arma de difusão de massa” (Ibid), permitindo a proliferação de *sites* que questionavam e confrontavam as atividades destas corporações.

---

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Patterson, T. 2002. **The Vanishing Voter: Public Involvement in an Age of Uncertainty.** Alfred A. Knopf Publishers, New York.

Os grupos se proliferam também “fora do ambiente virtual”: boicotes de consumidores, questionamento por parte de alguns setores da mídia que constrangiam executivos publicamente, manifestações em frente às empresas e compra de ações para que as questões pudessem ser discutidas diretamente com os empresários foram algumas das táticas utilizadas por estes grupos. “These campaigns can be classified as ‘forcing change’ tactics in a typology of civil society engagement with business (Bendell 2000<sup>19</sup>). They were often successful in provoking a response from companies as they targeted corporate reputations, which had become increasingly important to many TNCs” (Bendell, 2004:14).

A percepção de que uma parte significativa dos ativos das corporações transnacionais é constituída por valores intangíveis, tais como a reputação e a marca, associada às manifestações, protestos, boicotes e formas similares de questionamento e enfrentamento das corporações por ativistas e grupos civis gerou, entre estes – ou melhor, entre *parte* destes – novas formas de engajamento, dando origem à “indústria da responsabilidade social corporativa”<sup>20</sup>. “Both civil group and business participants in these initiatives, as well as commentators, academics and a growing array of consultants began extolling the commercial rationality of such action” (Bendell, 2004:15).

Neste contexto, a idéia de “terceiro setor” ganha fôlego, muito embora, comporte muitas ambigüidades e heterogeneidades. Para Mello Neto e Fróes (1999), o terceiro setor representa o advento de uma nova ordem social que nasce devido à falência do Estado (primeiro setor) de Bem-Estar Social em prover aos cidadãos bens e serviços públicos e à tendência constante do mercado (segundo setor) em concentrar renda, favorecer elites e promover desigualdades: surge uma “ação comunitária forte, atuante, reivindicatória e mobilizadora (...) capaz de prover o cidadão dos serviços sociais básicos. E, conseqüentemente, começa a desenhar-se a reconfiguração de um governo mais fraco, mais suscetível às influências da sociedade civil” (Melo Neto e Fróes, 1999: 2-3). Há, para os autores, um novo pacto social, no qual a “influência da burocracia estatal” é diminuída e os interesses sociais prevalecem, havendo o desenvolvimento de um novo modelo de gestão participativa, presente em todos os

<sup>19</sup> Bendell, J. (ed.). 2000. **Terms for Endearmen:** Business, NGOs and Sustainable Development. Greenleaf Publishing, Sheffield.

<sup>20</sup> “Clearly, not everyone who was concerned with the state of the world and considered that corporations were powerful actors decided to engage them directly. Instead, some focused on developing their critique, raising awareness of corporate power, and emphasized working toward governmental intervention and personal lifestyle changes to reduce corporate power” (Bendell, 2004: 16).

níveis de atuação e de decisão, no qual atuará uma “extensa rede de solidariedade social”.

Para atuar nesta nova ordem social, surgem outras instituições sociais: entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, ONGs, organizações sociais, agências de desenvolvimento social, órgãos autônomos da administração pública descentralizada, fundações e instituições sociais das empresas. Tais entidades, juntamente com o Estado e a sociedade civil, constituem o que denominamos de Terceiro Setor” (Melo Neto e Fróes, 1999: 4).

Melo Neto e Fróes concebem a origem do conceito vinculada à mistura do setor privado e do setor público nos EUA, na primeira metade do século, a partir da ação filantrópica de empresas norte-americanas. “O Estado, a iniciativa privada e os cidadãos reunidos em benefícios de causas sociais. Essa definição aparentemente ingênua representa um dos mais modernos conceitos econômicos surgido no Brasil nos últimos anos: O Terceiro Setor” (Melo Neto e Fróes, 1999: 6).

Embora na primeira definição do conceito os autores não tragam a presença do mercado para a constituição do terceiro setor, em seguida, este é acrescentado e o conceito passa a adquirir uma conotação também econômica, indo além das idéias de solidariedade, altruísmo e voluntarismo em prol da solução de problemas sociais. A dimensão econômica do terceiro setor (e também a dimensão política) é resgatada por Rifkin (2000). Para este, os participantes do terceiro setor se encontram em um status neocolonial, suplicando verbas ao Estado, mercado e instituições filantrópicas quando deveriam perceber que “o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas(...) e a responsabilidade cívica passará a ser delas [das fundações] e do setor não-governamental. Esse é o processo de libertação” (Rifkin, 2000:20).

Nesse “processo de libertação”, o terceiro setor aparece como fundamental para o êxito do mercado, já que o capital social é visto como uma forma de equilibrar o capital de mercado: enquanto o último busca maximizar interesses próprios e, com isso, faz avançar os interesses da comunidade (numa concepção smithiana), o primeiro busca maximizar o bem-estar comum, e com isso otimiza os interesses individuais. O Estado igualmente aparece como fundamental para o avanço do terceiro setor: as pessoas devem se unir para negociar e, desta forma, parcerias institucionais oficiais com o governo são fundamentais. “O êxito do mercado e do governo democrático vai depender, finalmente, do êxito do setor civil. Se o setor civil for forte e politicamente ativo e motivado, o mercado florescerá no próximo século” (Rifkin, 2000:22).

Para Fernandes (2000), o terceiro setor, diferentemente das abordagens acima, seria algo distinto, um espaço próprio orientado para a promoção de causas coletivas, onde a cidadania seria exercida de forma direta e autônoma, sem a intermediação dos órgãos do governo, por indivíduos e instituições particulares: “Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado; mas, caracterizando-se pela lógica de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um ‘Terceiro Setor’ ” (Fernandes, 2000: 27). Desta forma, o terceiro setor 1) faz contraponto às ações do governo, ressaltando a idéia de que a provisão de bens e serviços públicos resultam da atuação de iniciativas particulares, que se multiplicam, e não apenas da atuação do Estado; 2) faz contraponto às ações do mercado, pois, agora, as iniciativas individuais se voltam para os interesses coletivos. Ao perguntar, entretanto, sobre a participação de todos na provisão de bens comuns, o “Terceiro Setor é co-extensivo ao mercado. (...) Não há interesse coletivo que, apreendido como uma demanda efetiva, não possa, em princípio, tornar-se objeto de investimentos lucrativos (Fernandes, 2000: 30); 3) Empresta um sentido maior aos elementos que o compõem, dignificando iniciativas de solidariedade social, pois “difunde a idéia do voluntariado como expressão de existência cidadã, acessível a todos e a cada um, indispensável à resolução dos problemas de interesse comum (Fernandes, 2000: 31); e 4) Projeta uma visão integradora da vida pública, destacando a complementaridade entre as atuações públicas e privadas. “Sem o Estado, as ações do Terceiro Setor sucumbiriam na anarquia. Fragmentar-se-iam na medida das contradições próprias aos valores e intenções. (...) É (e pode ser) sem fins lucrativos porque supõe a existência do lucro em outro plano” (Fernandes, 2000: 32).

Fernandes provê, ainda, uma definição mais clara de terceiro setor:

“(...) é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não – governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, de filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para os outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (Fernandes, 2000: 27).

Salamon (2000), por sua vez, aborda o terceiro setor como idéia, realidade e ideologia. Como *idéia*, o autor destaca a presença dos valores da solidariedade e da iniciativa individual em prol do bem público: “a idéia de que os seres humanos têm a capacidade e a obrigação de agir por autoridade própria a fim de melhorar a sua vida e a dos outros, assumindo as rédeas para fomentar o bem-estar geral” associada a “idéia de

que as pessoas têm obrigações em relação não apenas a si próprias mas também ao próximo e às sociedades maiores de que são parte” (Salamon, 2000: 92). Como *realidade*, estes valores são concretizados em redes de instituições sociais, bastante diferentes entre si, mas que movimentam uma grande força financeira e geram muitos empregos, não dependendo de “indivíduos ricos desejosos de fazer caridade” (Salamon, 2000: 95). Por fim, como *ideologia*, Salamon questiona os mitos de insignificância e incompetência, do voluntarismo e da virtude pura (organizações voluntárias teriam propósitos essencialmente públicos e democráticos) e da imaculada conceição (idéia de que filantropia e voluntária fenômenos novos) que rondam o terceiro setor.

Para o autor, embora estes mitos contenham uma parcela de verdade, não resistem ao confronto com a realidade. Interesses políticos, tanto da direita quanto da esquerda, fomentaram, principalmente os dois primeiros mitos, dados os temores no aumento ou diminuição da ingerência dos governos ou do mercado na solução de problemas. Quanto aos dois últimos mitos, o autor aponta a existência de hierarquias, patologias e procedimentos antidemocráticos no terceiro setor, que não representa um fenômeno novo cujas origens não estão centradas nos EUA: “tradições de caridade e altruísmo acham-se presentes em quase todas as sociedades e o mesmo se dá com os veículos institucionais para sua expressão” (Salamon, 2000: 101).

Neste sentido, o terceiro setor, para Salamon, representa “um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a auto-expressão, a solidariedade e a ajuda mútua” (Ibid), composto por instituições que reúnem uma força econômica considerável, sendo alvo de mitos disfuncionais que ameaçam o seu potencial (Salamon, 2000: 101-102).

Montaño (2005), contrariamente à posição dos autores expostos acima, enxerga com desconfiança e hostilidade a idéia de “terceiro setor” (escrito pelo autor sempre entre aspas). O autor acredita que a setorialização das esferas da sociedade e a mistificação da sociedade civil (em oposição ao Estado e ao mercado) – vista como homogênea e popular, sem as contradições de classe que marcam a sociedade – contribuem para facilitar a hegemonia do capital, agindo no processo de reestruturação capitalista como uma ideologia (no sentido de falsa consciência) inteiramente funcional ao projeto neoliberal, pois retira do Estado sua obrigação em prover soluções para as “questões sociais” (Montaño, 2005: 28-32).

Ainda que reconheça limitações da sua abordagem – como, por exemplo, a existência de ONGs comprometidas com a ampliação de direitos sociais e dos

trabalhadores, com os setores subalternos, com o desenvolvimento e com a preservação – Montañó concebe o “terceiro setor” como uma instrumentalização do Estado e do capital. Diante do processo de reestruturação neoliberal imposto pelo Consenso de Washington, as questões sociais passam a ser tratadas de uma nova forma: por meio de ações pontuais, emergenciais e provisórias implementadas por organizações presentes no “terceiro setor” que reverterem a conquista histórica dos direitos de cidadania, de serviços e políticas sociais e assistenciais universais, implementadas pelo Estado (tido agora como atrasado, ineficiente, burocrático e corrupto) e financiadas por um sistema universal e obrigatório de solidariedade. (Montañó, 2005: 34-35).

Así, bajo el pretexto de llamar a la sociedad a participar en torno del “control social”, y de la “gestión de los servicios sociales y científicos”, desarrollando la democracia y ciudadanía, dicha publicización [ “la transformación de los servicios no exclusivos de Estado en propiedad pública no estatal y su declaración como organización social”<sup>21</sup>] es, en realidad, la denominación ideológica dada a la *transferencia* de cuestiones públicas, de la responsabilidad estatal hacia el llamado “tercer sector” (conjunto de “entidades públicas no estatales” pero regido por el derecho civil privado), y a la *transferencia* de recursos públicos para el ámbito privado. Esto es una verdadera *privatización* de servicios sociales y de una parte de fondos públicos. Esta estrategia de “publicización”, en realidad, se orienta en una perspectiva des-universalizante, contributivista y no constitutiva de derecho, de las políticas sociales (Montañó, 2005:56).

Visto ora como oposto, ora como complementar e ora como substitutivo à atuação do Estado e do mercado, como setor que pode agregar ou não diferentes organizações (como ONGs, instituições sem fins lucrativos, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas), o debate referente ao terceiro setor é muito amplo e pleno de disputas em torno do seu significado e alcance, como pretendemos ter demonstrado brevemente acima.

Acreditamos que o terceiro setor reflita, sim, a emergência de uma nova ordem, mas não aquela que pretendem Melo Neto e Fróes (1999), e sim uma ordem transnacional neoliberal, próxima das idéias de Montañó (2005), na qual há a difusão de uma nova ideologia que prega a ineficiência e a necessidade de reforma do Estado em prol de uma noção *não exatamente como forma de transferência, mas também de compartilhamento* de responsabilidades com outros setores da sociedade, impulsionando a temática da responsabilidade social corporativa.

Desta forma, o terceiro setor – cuja origem nos parece internacionalizada e associada à difusão do termo nos EUA (Melo Neto e Fróes,1999), muito embora as

ações de caridade e altruísmo estejam presentes em quase todas as sociedades ao longo dos séculos, como quis Salamon (2000) – experimenta um processo de crescimento expressivo em todo o mundo, especialmente no Brasil, como iremos demonstrar.

Tentativas de regulação e controle da CCT e suas forças sociais foram, contudo, estabelecidas por Estados, instituições internacionais e grupos civis ao longo dos anos, gerando diferentes formas de questionamento e engajamento (Bendell, 2004). É neste ponto – relativo a novas formas de engajamento entre o setor privado e grupos civis e relativo à influência do poder corporativo na elaboração de significados, na apropriação de críticas, na adoção de medidas preventivas e no discurso corporativo em torno de questões sociais – que pretendemos centrar as nossas atenções no próximo capítulo deste estudo: investigaremos como as corporações influenciam o cenário político global através do “engajamento com questões sociais” organizadas em torno da idéia de RSC. Para tanto, analisaremos as origens históricas da RSC, as disputas em torno de seu(s) significados(s) e as redes e instrumentos que criados a partir de suas idéias e práticas, tanto em prol dos interesses das elites transnacionais quanto para o seu questionamento.

---

<sup>21</sup> Bresser Pereira, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998: 246 apud Montañó, 2005:56.